

## FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Fundada em 19 de dezembro 1978



Brasília-DF, 14 de maio de 2007.

Plantão da DN: Marcos Bôtelho, Ricardo, Cosmo, Luiz Antônio, Janine.

Pela Comissão de Comunicação (Contratação Jornalista): Ricardo, Cosmo e Marcos Bôtelho.

MNNP-SUS (15 e 16/04): Janine e Mariani Oliveira.

Em Brasília: JP.

## INFORMES NACIONAIS

#### **URGENTE!**

REUNIÃO COM O GOVERNO SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DOS HU'S EM FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO

# RELATÓRIO DA REUNIÃO DA MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO DO SUS realizada no dia 14 de Maio de 2007, em BRASÍLIA

### Pauta: FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO

Presentes pela FASUBRA: JANINE VIEIRA TEIXEIRA E MARIÂNI DE OLIVEIRA E SILVA.

Comissão do Governo responsável pela elaboração do projeto: Lenir Santos (Advogada, Procuradora da UNICAMP), Pedro Barbosa (ENSP/FIOCRUZ), Gilberto Barichello (Grupo Hospitalar Conceição), Sábado Nicolau Girardi (Orientador do projeto) Valéria Alpino (Ministério do Planejamento), Valclair Rangel (Coordenador dos Hospitais Federais do Rio de Janeiro).

Presentes ainda a Bancada Sindical e de Governo (inclusive a representação do MEC).

Hoje se deu na MNNP-SUS a primeira discussão sobre a proposta de governo "FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO", um novo modelo jurídico e de gestão para os Hospitais Públicos vinculados ao MS/MEC solicitada pelos representantes da FASUBRA nas reuniões da MNNPS de Fevereiro e Março.

O projeto de Fundação Estatal, do governo federal, foi apresentado pelo grupo responsável pela sua elaboração. Dizendo ser um "processo em construção", **que vinha sendo discutido desde 2003** e, que a partir da crise dos Hospitais Federais do Rio de Janeiro foi **intensificada** a elaboração dessa proposta.

Para ser publicizado, foi necessário um estudo intenso, até que se encontrasse o respaldo legal necessário, tendo em vista "estas propostas serem bastante questionáveis". O objetivo do governo, segundo Dr. Pedro Barbosa, será de implantar esta proposta no máximo em 03 anos. O projeto da Fundação Estatal para os Hospitais Públicos vinculados ao MS/MEC vem para romper com a rigidez da administração pública e com a limitada e rígida autonomia de gestão. Todos os novos modelos usados anteriormente foram insuficientes e paliativos quando não agravavam os problemas. Esta "inovadora" proposta foi elaborada a partir de diagnósticos dos principais problemas vivenciados pelos hospitais públicos da rede SUS tais como, (falta de total inserção dos HU'S ao Sistema Único de Saúde) de bases legais e tendo como princípios: SUS exclusivo, Autônomo flexível, Público Estatal.

Segundo Lenir Santos, Bresser Pereira começou uma reforma de "complementaridade" **para fora do Estado**, e o que se propõe com este modelo de gestão se dará "**para dentro do Estado**".

Os hospitais públicos, segundo o modelo proposto, se limitarão a fazer o que for pactuado com o gestor, porém, na área de ensino, pesquisa e extensão, **será permitido** um novo contrato para recursos próprios autorizado pelo gestor.

Para o grupo responsável pela elaboração da proposta de governo, é necessário que o financiamento dos hospitais públicos seja a partir do "rigoroso cumprimento do contrato de gestão pelo gestor, que será responsabilizado pelo desempenho institucional".

Em termos de financiamento "è algo inovador do ponto de vista do orçamento global", que foge da rigidez das atuais rubricas orçamentárias, segundo Dra Lenir.

Após as falas dos integrantes do grupo de trabalho governamental, foi aberto o debate, com várias intervenções das bancadas de trabalhadores e de gestores.

A FASUBRA questionou a representação do MEC, na pessoa de NINA, se o documento Interministerial que vem sendo apresentado nos Fóruns de Gestores é oficial ou não, se é a posição do Ministério da Educação? Esta pergunta foi respondida afirmativamente pelo Senhor Sábado Nicolau Girardi, Orientador Oficial do Projeto. Nina não se pronunciou durante todo debate.

A posição da bancada dos trabalhadores foi de fazer questionamentos aos expositores, sem a tomada de posição oficial, face ao número de informações e a complexidade do tema apresentado, desconhecida por grande parte da bancada. Ficou também pactuado, por todos os integrantes da MNNPS, uma nova reunião para se aprofundar a discussão sobre este tema.

Durante o debate ficaram **explícitos** os seguintes elementos nas respostas dadas pelos representantes do governo:

- 1- Só se justifica a Fundação Estatal se houver Plano de Carreira, Estrutura Organizacional para desenvolvimento de metas e Avaliação de Desempenho. Não dá mais para remunerar o emprego, tem que remunerar a EFICIÊNCIA e EFICÁCIA;
- 2- Os trabalhadores do RJU **serão cedidos** a Fundação, tendo seus **salários pagos pela mesma**, mantendo seu vínculo no órgão de origem, podendo ter complementação salarial, produtividade, etc:
- 3- Para fins de Aposentadoria os trabalhadores terão **apenas** o salário do órgão de origem, **não incorporando** nenhum adicional oferecido pela Fundação, enquanto funcionário da ativa;
- 4- **Não existe recurso de nenhum Ministério para a Fundação Estatal**, nem mesmo **para pagamento de pessoal**. Os recursos serão pactuados no contrato de Gestão com o SUS, através do Orcamento Global.
- 5- Quanto as duas portas de entrada, no entendimento do grupo, é ilegal porém, para os Hospitais de Ensino existem lacunas na legislação, inclusive a Lei de Inovação Tecnológica, que permite a parceria com a iniciativa privada.
- 6- Os serviços como Vigilância, Limpeza, Lavanderia, etc., permanecerão terceirizados conforme previsto na legislação em vigor;
- 7- Este modelo já foi acatado e está sendo implantado em alguns estados, tais como: **Sergipe:** Já adotou para o Hospital Estadual o Termo de Ajuste de Conduta que vai mudar o modelo de Gestão implantando a Fundação Estatal de Direito Privado, **Bahia e Rio de Janeiro**;
- 8- O Ministério do Planejamento e Ministério da Saúde pactuaram que o projeto de lei será de maior conteúdo, detalhando mais as fundações. Segundo Dr<sup>a</sup> Valéria, o grupo de trabalho espera que até a semana que vem ao congresso nacional aprecie o projeto de lei complementar para então abrir o debate.

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES	
	MAIO
15	FASUBRA - <b>DIA NACIONAL DE LUTA DOS HU</b> 's
15 e 16	Reunião da MNNP-SUS, Bsb
23	CUT NAC – Dia Nacional de Luta
25 e 26	Reunião do GT Segurança
	JUNHO
11 a 16	5° Congresso Nacional do MST
15	Encontro Nacional do Leilão da Vale do Rio Doce
	4º Encontro dos Servidores Negros e Negras e Militantes do Movimento Anti-Racismo Técnico- Administrativos em Educação das IES
22 e 23	Encontro Nacional dos Trabalhadores Portadores de Necessidades Especiais
	JULHO
08 a 13	SBPC – Belém/PA
09 a 14	XVII Seminário Nacional de Segurança das IPES – Corumbá/MS